

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVI Jornada de Extensão

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: POSSIBILIDADE DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA FORMAREM COOPERATIVAS¹

Francelino Sanhá², Eloisa Nair De Andrade Argerich³, Enio Waldir Da Silva⁴.

¹ Projeto de Extensão – Economia Solidária e Cooperativismo Popular na Região dos Campus da Unijuí

² Aluno do curso de Direito da Unijuí, Bolsista da Extensão Universitária PIBEX, franccecris@hotmail.com

³ Professora de Graduação em Direito – DCJS/Unijuí, Mestre em Desenvolvimento e pesquisadora da ITECSOL/Unijuí no projeto Economia Solidária e Cooperativismo Popular na Região dos Campus da Unijuí, argerich@unijui.edu.br

⁴ Coordenador do Projeto apoiado pelo CNPq Economia Solidária e Cooperativismo Popular na Região de Ijuí vinculado à Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da Unijuí - ITECSOL. Email: eniowsilva@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária e o Cooperativismo são duas alternativas de ação coletiva que combatem a exclusão e promovem a emancipação social dos indivíduos. O nosso objetivo é encontrar e as formas de ação das duas que geram tecnologias sociais que possibilitem resolver problemas sociais como o desemprego, a pobreza, a marginalização e a exclusão. Se de um lado a Economia Solidária gera trabalho, renda e promove a dignidade da pessoa humana de outro o Cooperativismo promove a união de classes em busca de uma renda maior e consequente melhoria na qualidade de vida dos seus participantes. Este artigo pretende achar os pontos em comum e demonstrar como essas duas estratégias podem ser usadas em conjunto em uma sociedade para obter um resultado melhor relativamente à geração de renda e de inserção social.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica por meio de livros, artigos de internet, bem como o relato de experiências que buscam explicar a situação das pessoas em situação de exclusão e suas condições socioeconômicas para atuar de maneira associativa e cooperativa. Nesse sentido o viés desta abordagem ocorrerá na perspectiva dos direitos humanos. Este relatório técnico-científico faz parte de um projeto maior que enfatiza esta temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Cooperativismo é uma concepção, um modelo, um sistema, um movimento ou simplesmente uma aceitação que considera as sociedades cooperativas uma forma racional e adequada para a promoção da organização das atividades sociais e econômicas dos seres humanos. Para compreender melhor esta forma de organização social, e assim podermos apontar a sua importância

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVI Jornada de Extensão

nos dias atuais, faz-se necessário analisar a sua origem, os fatores que contribuíram para o seu surgimento e o seu resultado nesta determinada época.

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no período de 1760 a algum momento entre 1820 e 1840, é considerada um marco divisório na História da humanidade, na medida em que as máquinas passam a substituir em grande parte as atividades humanas artesanais. Esse fato contribuiu para elevar os índices de desemprego, pois o que artesanalmente se levava horas para produzir, uma máquina fazia em apenas alguns minutos, levando uma boa parte das famílias em situações de miséria e principalmente a uma exploração desumana dos trabalhadores.

Nessa caótica situação do trabalhador, que passou a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. A idealização do Cooperativismo começou então a ganhar mais forças. Desse modo, explica Nilza Terezinha Capiem de Figueredo (2009, p.19):

Várias propostas políticas ganharam forma prática tentando recompor a organização social. O associativismo e cooperativismo surgem como esperança. É através do cooperativismo que são esperadas novas respostas, um amparo para os excluídos e os deserdados urbanos, pois a salvação vem do conhecimento. A nova sociedade organiza-se em torno do conhecimento, uma vez que sua expressão econômica se mostrou insuficiente para sua reestruturação, concluindo que sem o mesmo não haverá lugar nem oportunidades. A essência do cooperativismo é o conhecimento, através do qual há o entendimento da união de forças, da ajuda mútua, da cooperação para o crescimento e para que todos possam se beneficiar.

Devemos ter assim que o Cooperativismo começou a ser idealizado, nessa época, partindo de vários precursores, como: PLOCKBOY, JOHN BELLERS, ROBERT OWEN e outros, mas o grande marco do Cooperativismo ocorreu em 1844, com a fundação da Sociedade dos PROBOS Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers), em Manchester na Inglaterra, associação que, mais tarde veio a ser chamado de Cooperativa. Esta sociedade, sinaliza o grande marco inicial do que hoje é conhecido como o Cooperativismo moderno, em oposição ao capitalismo que ameaça a dignidade humana.

De acordo com a História, foi num ambiente de grandes dificuldades sociais e econômicas que as ideias cooperativas se firmaram como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais a que as transformações da Revolução Industrial submetem as pessoas na época. Uma situação não tão diferente da dos dias atuais, quando ainda se observa claramente situações de exclusão social e desemprego, agora não mais necessariamente pelo emprego de máquinas no setor laboral, mas sim por motivos de diferentes ordens. Entre essas diferentes ordens, como analisado pelo SALES (2010) inclui-se a era da tecnologia, na qual a população dos países desenvolvidos envelhece, dos subdesenvolvidos cresce; postos de trabalho desaparecem em uma determinada região e aparecem em outra e assim sucessivamente.

Durante o Congresso das Cooperativas de Consumo realizado em Nimes, na França, no ano de 1866, foram aprovadas as “doze virtudes” da doutrina cooperativista, sistematizadas por Charles

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVI Jornada de Extensão

Gide, principal articulador das ideias que tiveram origem em Rochdale é considerado o líder da chamada Escola Nimes. São elas (2009, p.19):

Viver melhor, pagar em dinheiro, poupar sem sofrimento, suprimir os parasitas, combater os vícios, integrar as mulheres nas questões sociais, educar economicamente o povo, facilitar a todos o acesso à propriedade, reconstruir uma propriedade coletiva, estabelecer o preço justo, eliminar o lucro capitalista e abolir os conflitos.

Analisar estes valores e a época em que foram pensados e atribuídos ao Cooperativismo possibilita compreender que os mentores desta ideia eram homens à frente de seu tempo, ao buscar somar capacidades no contexto de um mundo de concorrência, adotando uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. (SALES 2010)

Nos dias atuais estes valores são traduzidos nos seguintes postulados: humanismo, igualdade, liberdade, solidariedade, racionalidade, utilidade e moralidade, norteando, assim, as constituições de maioria dos países. (RODRIGUES, 2011)

Em qualquer iniciativa deve prevalecer o interesse da comunidade. As Cooperativas contribuem para o desenvolvimento comunitário, por meio da geração de postos de trabalho, de produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante as políticas que preestabelecem. Promove a humanização das relações econômicas, buscando uma sociedade baseada na competência e na solidariedade. Respeito aos princípios e à prática rotineira destas virtudes certamente possibilitará ao empreendimento cooperativista atingir os objetivos almejados.

Neste cenário entram os Empreendimentos da Economia Solidária, que são organizações econômicas coletivas que unem pessoas com interesses econômicos, sociais e culturais comuns, produzindo e comercializando os seus produtos com base nos princípios da Economia Solidária. O princípio geral que orienta este tipo de organização é o da autogestão que nada mais é que “todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos que são donos trabalham no empreendimento, ”, ou seja, são empreendimentos coletivos, permanentes, que realizam atividades econômicas de produção de bens, apresentam características singulares ou complexas e podem dispor ou não de registro legal.

Desta forma, a Economia Solidária insere-se numa perspectiva crítica do modelo de produção capitalista, uma vez que não visa apenas lucro, mas também ao compromisso com o bem-estar das pessoas envolvidas, tanto trabalhadores como consumidores do seu serviço, além da preservação do meio ambiente. Nessa linha de pensamento os defensores da Economia Solidária no Brasil afirmam que:

[...] a Economia Solidária se caracteriza por concepções práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVI Jornada de Extensão

sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privativa de capital (SENAES, 2006, p. 57).

É importante compreender que a Economia Solidária por além de criar emprego e viabilizar a emancipação dos sujeitos, valoriza o trabalho não exploratório do cidadão trabalhador, providenciando atividades que engrandecem o indivíduo como parte importante em todo o processo de produção baseada no princípio da autogestão. Cabe lembrar, nesse sentido, que um sujeito emancipado com capacidade de autogestão, é aquele que é capaz de decidir, de pôr em prática suas decisões, avaliar resultados e inovar na aplicação das experiências bem-sucedidas. (Grifo nosso)

No capitalismo, contudo a tecnologia tem sido elemento essencial, se não fundamental, na determinação da competitividade das unidades de produção. Sendo assim, no capitalismo a ciência é utilizada para desenvolver tecnologias que asseguram o controle do processo produtivo e esse, por sua vez, passa a ser um elemento importante na divisão social do trabalho. Além dessas tecnologias, no entanto, conhecidas hoje como “tecnologias de ponta”, existem muitas outras que surgiram dos próprios agentes sociais que são utilizados por eles no seu cotidiano, muitas vezes sem apoio de instituições financeiras, como bem explicado por Benedito Silva Neto (2010, p 118).

As tecnologias, assim como forma de desenvolvimento, apresentam, no entanto, uma grande diversidade. Embora as tecnologias desenvolvidas por instituições científicas correspondam ao que normalmente se entende por “tecnologia”, o desenvolvimento tecnológico é realizado de forma difusa na sociedade, com muitas surgindo a partir da iniciativa dos próprios agentes sociais que as utilizam, diariamente, com pouco ou, não raro, nenhum apoio de instituições científicas. Tais tecnologias têm sido denominadas “Tecnologias Sociais”.

Isso significa que, independentemente da forma como uma tecnologia for desenvolvida, deve ser realizada a partir de uma análise rigorosa dos efeitos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da sua utilização, evitando-se dessa forma julgamentos de cunho ideológico, que apontam para a superioridade das tecnologias desenvolvidas com grandes investimentos nas instituições científicas. A Economia Solidária, então, é resultado das práticas sociais que surgiu no cotidiano dos expulsos, excluídos, do mercado pelo emprego das máquinas no setor laboral nos séculos 18 e 19. Sendo assim, produz uma tecnologia social, usado como alternativa viável para inserção no mercado do trabalho e emancipação dos cidadãos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Concluo, assim que, a Economia Solidária e o Cooperativismo, duas estratégias surgidas praticamente na mesma época, foram provocadas pela exclusão de trabalhadores, cidadãos, no setor laboral, emergiram para assegurar a dignidade da pessoa humana, garantindo o acesso aos direitos humanos, inserindo-os em um trabalho solidário e cooperativo, não em uma atividade exploratório e alienante próprio do capitalismo.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVI Jornada de Extensão

A Economia Solidária trabalha com os indivíduos envolvidos nos Empreendimentos renovando o verdadeiro valor do trabalho, ou seja, o trabalho que não lhe cause sofrimento, mas sim que o engrandeça como indivíduo parte importante do coletivo e promova a emancipação do sujeito por meio do seu princípio autogestionário.

constata-se que a Cooperativa Social é um estágio de evolução da organização do trabalho e do processo produtivo e também da geração de renda do empreendimento solidário, uma vez que possibilita a união de classes trabalhando em rede, valorizando mais o seu serviço ou produto. A possibilidade de formação de Cooperativas Sociais a partir dos Empreendimentos da Economia solidária, então, permite racionalizar mais, produzir mais além de sua institucionalização do trabalho, o que torna possível a geração de representações coletivas.

Visto tudo isso conclui-se que os Empreendimentos da Economia Solidária, formando Cooperativas, ganham mais dinâmica externa incorporados pelos valores desses e aprimorados com os seus princípios emancipatórios e autogestionários.

Palavras-Chaves

Cooperativas Sociais. Trabalho Solidário. Emancipação

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul – Unijuí e Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – ITECSOL/Unijuí.

Referências bibliográficas

FIGUEREDO, Nilza Terezinha Capiem. Cooperativas Sociais: alternativas para Inserção. Evangraf, 1 ed. 2009

ITECSOL, Incubadora de Tecnologia e Economia Solidária. Cooperativismo popular nos campus da Unijuí. Disponível em: www.projetos.unijui.edu.br/cidadania/itecosl. Acesso em: 25 maio 2015.

SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil. 1. ed. Brasília: MET/SENAES, 2006 a.

SALES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. Disponível em <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/30/23>, acesso em – 17/06/2015 às 14:22min

NETO, Benedito Silva, Tecnologias Sociais. In. Economia Solidária Sistematizando Experiências. Ijuí RS: Unijuí 2010

RODRIGUES, Sergio Luís Leal: Direito Cooperativo. Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2417/Direito%20cooperativo.pdf?sequence=1> acesso em – 19/06/2015 às 15:50min

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVI Jornada de Extensão